

MOÇÃO SECTORIAL

A Implantação da República: 5 de Outubro 1910-2010

No corrente ano de 2010, a Pátria Portuguesa comemora o centenário da República.

A Primeira República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por indivíduos, elementos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio visível das forças vivas e camadas populares da cidade de Lisboa, palco dos decisivos acontecimentos revolucionários.

Fora a imprescindível componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos das Forças Armadas, ramo do Exército e Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças, a implantação da República contou com a corajosa acção de centenas de revolucionários civis oriundos e actuantes em outros concelhos da nossa presente área urbana.

Os contributos dos revolucionários civis em Loures, Oeiras, Vila Franca de Xira e Sintra, entre outros, tanto para defenderem a República nas suas vilas e concelhos como para auxiliarem os revolucionários instalados na Rotunda, pertencem à História e constituem-se como factos inegáveis.

Desta forma, aqueles que tiveram coragem de honrar o seu ideal republicano nas horas em que a Revolução parecia malograda, merecem o nosso respeito, a nossa admiração e a nossa memória.

Todos esses homens e mulheres devem ser tidos como referência do regime democrático que juraram defender e que foi reconstruído após as negras páginas do Estado Novo.

A Primeira República Portuguesa (1910-1926) elevou o sentido moral das elites governantes, alargando a sua acção a favor dos mais desfavorecidos e desprotegidos. As classes médias e a pequena burguesia urbana, assim como as escassas massas proletárias, viram reconhecidos muitos dos direitos por que clamavam havia décadas.

Na Constituição de 1911, o novo regime prometia honrar o velho mote: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade"; palavras que séculos

antes em França inspiraram a acção da Revolução Francesa e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Com a Primeira República foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, criando uma maior mobilidade social e empregando esforços para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres.

A separação da Igreja e do Estado foi concretizada, transformando o Estado português num estado laico, tolerante e respeitador por igual de todas as crenças religiosas.

O registo civil foi tornado obrigatório, o papel da mulher dentro e fora do seio familiar foi dignificado com a proliferação de ligas feministas e a primeira habitação social foi mandada erguer na Primeira República.

A Universidade de Lisboa foi criada, retirando à conservadora Universidade de Coimbra o papel singular de única instituição universitária nacional.

Na área da Educação a República promoveu enormes progressos, erigindo novas escolas, dignificando a classe de professores, desburocratizando e descentralizando o ensino a nível nacional.

Em muitas outras matérias a República simbolizou a forma viva da ética e legou às futuras gerações uma obra inestimável.

A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do século XX, apenas comparável em simbolismo ao 25 de Abril de 1974.

Os ideais republicanos silenciados e agrilhoados durante a Ditadura Militar (1926-1933) e Estado Novo (1933-1974), não pereceram. A Revolução de 25 de Abril de 1974 e a sua Constituição de 1976 refundaram a República na sua forma democrática, laica e plural.

O Partido Socialista, com o qual a Juventude Socialista se identifica, foi fundado em 1973 por homens e mulheres provenientes da chamada Oposição Democrática, alicerçada nos valores cultivados durante a Primeira República.

Mário Soares, Tito de Morais, Catanho de Menezes, Salgado Zenha, entre muitos outros fundadores do PS, viveram sempre à luz da ética e princípios Republicanos.

Enquanto jovens socialistas e cidadãos de pleno direito, temos a consciência que a República não pertence apenas à História mas sim ao presente.

É necessário, num período em que as ideologias tendem a deter cada vez menos relevância para o quotidiano das populações, pensar a República e enquadrá-la nas exigências do século XXI.

Os velhos valores republicanos devem assumir uma nova face junto a novos protagonistas de novas gerações.

Para nós a República que hoje se comemora, tanto historicamente como no presente, é sinónimo de Liberdade, de Progresso, de Ética, de Evolução, de Igualdade, de Tolerância, Prosperidade e Fraternidade.

Valores tão necessários há 100 anos atrás, quanto hoje.

Reforçando a convicção em toda e qualquer palavra acima escrita, os subscritores desta Moção à Convenção Federativa da JS FAUL propõem:

1) A JS FAUL deve promover, no presente mandato, actividades e iniciativas que aproximem os seus militantes dos valores republicanos.

2) A JS FAUL deve-se associar a outras entidades ou instâncias na ânsia de comemorar condignamente o 5 de Outubro de 2010.

3) Os jovens autarcas das concelhias e núcleos que constituem a FAUL devem, aquando do 5 de Outubro apresentar ou associar-se a Moções, Recomendações e Votos de Louvor nas suas Assembleias de Freguesia ou Municipais que, salvaguardando os princípios da JS e do PS, visem dignificar, recordar e assinalar a implantação da República Portuguesa no seu auspicioso centenário.

Os subscritores da presente Moção,

Socialistas, Republicanos e Laicos,

Diogo Leão

Concelhia de Lisboa da Juventude Socialista